

# Ata de Reunião - 6 de dezembro de 2001

por Cep — publicado 07/12/2001 00h00, última modificação 12/12/2014 15h18

**ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA, REALIZADA NO DIA 6 DE DEZEMBRO DE 2001. Local: Av. 9 de Julho, 3147, São Paulo, SP.**

## Presentes:

João Geraldo Piquet Carneiro (Presidente)  
Adhemar Paladini Ghisi  
Celina Vargas do Amaral Peixoto  
João Camilo Pena  
Miguel Reale Júnior

Mauro S. Bogéa Soares (Secretário)

## Ausente:

Lourdes Sola

1. Piquet Carneiro iniciou a reunião submetendo à ratificação do colegiado a agenda de trabalhos. Em seguida foi aprovada a ata da última reunião, com as correções de redação apontadas.

2. Piquet Carneiro solicitou que Mauro Bogéa prestasse os informes:

- Balanço da implementação do Código de Conduta: foi mantida a média de 500 orientações por mês e mais de 40 notificações, permanecendo muito baixo o retorno no que se refere a prestação de informações sobre propostas de trabalho e alterações patrimoniais. A substituição de servidores que sairão para concorrer nas próximas eleições e a transição de governo que se seguirá, deverão requerer ações específicas da CEP.

- Ações de seguimento ao seminário Ética como Instrumento de Gestão: Estão em funcionamento quatro grupos ad hoc, responsáveis pela proposição de estratégia, normas e estrutura, educação e avaliação. Foram elaboradas versões preliminares da Consolidação das Normas de Conduta, Diretrizes para Educação em Ética, Guia para Elaboração de Código e Instrumentos de Avaliação da Gestão da Ética, os quais serão utilizados como referência pelos representantes setoriais da CEP. O primeiro treinamento para representantes setoriais da CEP deverá ser realizado em 11 e 12.12.2001, na ENAP, com 20 participantes. De ordem do Presidente da República, o chefe da Casa Civil dirigiu Aviso Ministerial, a todos os dirigentes máximos de entidades e órgãos do Executivo Federal, recomendando envolvimento e empenho na consecução das ações para alcançar os objetivos estratégicos, definidos a partir do seminário. Está programado para 20 e 21 de março de 2002 o segundo encontro de representantes setoriais, quando será avaliado o progresso na execução das ações de promoção da ética.

- Carta-Consulta dirigida à COFIEIX: O Chefe da Casa Civil encaminhou, a pedido da CEP, Carta-Consulta solicitando aprovação da COFIEIX, para projeto de fortalecimento institucional da CEP e da CGU. A SPI/MP posicionou-se preliminarmente contrária em reunião do Grupo Técnico da COFIEIX, pois não encontrou respaldo no PPA. Em seguida, propôs que o projeto fosse inserido no programa de Valorização do Servidor, estando a questão ainda sob exame do MP, em nível da SEGES;

- OCDE e MP realizam evento em Brasília, com apoio da CEP: Representando a CEP, Piquet Carneiro participou da solenidade de abertura juntamente com o Vice-Presidente Marco Maciel, ministros Martus Tavares e Anadyr Rodrigues e secretários-gerais da OEA e OCDE, César Gaviria e Seiko Endo, proferindo palestra em sessão específica, que examinou as experiências brasileira e canadense sobre administração de conflitos de interesses na administração pública.

- TCU informa sobre pessoas proibidas de exercerem cargos públicos: A pedido da CEP, o TCU apresentou relação de pessoas nessa situação, mas nenhum dos identificados ocupa cargos

vinculados ao Código de Conduta da alta Administração Federal.

- Casa Civil estabeleceu normas de conduta específicas para funcionários da Presidência: Portaria 34/CC/PR, além de estabelecer as regras de conduta, previu a aprovação de código de conduta específico. A proposta de código foi elaborada com o apoio da CEP e colocada em audiência interna dos funcionários.

- ONU propõe convênio com a CEP: Equipe do departamento de assuntos econômicos, sociais e de administração pública da ONU, que esteve no seminário da OCDE, identificou eventuais áreas de cooperação com a CEP. Proposta de termos específicos para eventual cooperação será discutida em 7.12.2001, na Secretaria Executiva da CEP.

- STN consultou sobre mudança do Código vedando investimentos: A STN consultou se a vedação impediria o secretário do Tesouro Nacional, assim como o ministro da Fazenda de efetuarem compra de títulos públicos na solenidade de lançamento que permitirá transações por internet. A resposta dada, e ratificada pelo colegiado da CEP, é que esses seriam investimentos vedados, pois tanto um quanto outro detém informações privilegiadas sobre a rentabilidade desses papéis.

- MP 2171 estabeleceu regras para remuneração durante período de quarentena: O problema é que nem todos os servidores abrangidos pelo CCAAF estão amparados pela MP. Assim, ocorrerá de alguns serem obrigados a cumprir período de quarentena sem garantia de remuneração, enquanto outros terão o direito a remuneração. Trata-se de situação que dificultará a aplicação da norma. Melhor será adequar a norma do CCAAF ao novo marco regulatório aprovado pelo Presidente.

- A solicitação ao DPF para que encaminhasse cópias dos depoimentos tomados em inquérito, para apurar envolvimento de servidores do Executivo Federal com atividades de lobista, ainda não foi atendido.

Adhemar Ghisi informou da sua participação em evento promovido pelo Ministério do Planejamento sobre transparência.

Sobre os informes, ainda:

- Miguel Reale Júnior enfatizou a importância de revisão do Decreto 1171, em especial no que se refere à composição das comissões de ética. Seu entendimento, apoiado pelos demais membros da CEP, é que é necessário estabelecer condições efetivas para que essas comissões sejam independentes. Uma forma apontada é que, pelo menos, um integrante venha de fora dos quadros da organização. Sobre o pedido ao DPF, foi recomendado ao secretário executivo da CEP que entre em contato direto com o diretor-geral Agílio Monteiro.

- Camilo Pena destacou a importância de que seja assegurado um mecanismo de follow up para as atividades da CEP e que os trabalhos sejam executados dentro de metas estritas, para assegurar conclusão tempestiva. Concordou com a necessidade de alterar a composição da comissões, previstas no Decreto 1171.

- Piquet Carneiro comentou aspectos da proposta de código da Presidência, ressaltando sua qualidade, em muito resultante da experiência que todos vêm adquirindo em relação a matéria.

Piquet Carneiro destacou as seguintes pendências, que requerem posicionamento da CEP:

- Regulamentação da participação de servidor em evento eleitoral: Celina Vargas apresentou proposta. Conforme consenso, a proposta deve ser revisada para dar-lhe um sentido mais estrito, em função do que dispõe o art. 3º do CCAAF. A proposta deverá ser revisada e o assunto voltará à deliberação final na próxima reunião.

- Regulamentação da atividade de lobby: O Presidente FHC solicitou que a CEP se manifestasse sobre as propostas nesse âmbito. A secretaria executiva levantou a experiência internacional e o assunto foi submetido a todos os integrantes da Comissão. O objetivo da Presidência é expedir um Decreto regulamentando essa atividade no Executivo Federal. Piquet Carneiro informou que está prestando a assessoria solicitada pela Presidência.

- Cumprida a agenda, Piquet Carneiro encerrou a reunião.

MB